DECRETO Nº 852, DE 24 DE MAIO DE 2022. APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARICÁ – CME. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Maricá – CME, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 24 dias, do mês de maio de 2022.

Fabiano Taques Horta
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARICÁ - CME.

Capítulo I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação, regulamentado pela Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criado pela Lei Municipal 1655/97, revogada, com a criação da Lei 3.047/2021, reger-se-á pelo presente Regimento, observando as normas e disposições fixadas em Lei.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação, é órgão de deliberação coletiva e participativa, possui caráter deliberativo, normativo, de assessoramento, propositivo, mobilizador, consultivo, fiscalizador e de controle social na implementação das políticas da educação municipal.

§ 1º A função consultiva trata de responder a consultas sobre questões que lhe são submetidas pelas escolas, pela Secretaria de Educação, pela Câmara de Vereadores, pelo Ministério Público outras entidades representativas de segmentos sociais, assim por qualquer cidadão, de acordo com a lei.

§ 2º As funções deliberativa e normativa são desempenhadas em relação à matéria sobre a qual tem poder de decisão.

§ 3º A função de assessoramento consiste na formulação de diretrizes educacionais e na apreciação e aprovação de planos, programas e projetos que, por disposições legais ou em caráter consultivo, lhes sejam submetidas pelo Secretário Municipal de Educação;

§ 4º As funções fiscalizadora e de controle social consistem no zelo pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, no acompanhamento da aplicação de recursos públicos destinados à educação e na observância da execução dos planos e projetos por ele aprovados.

§ 5º A função mobilizadora tem como foco estimular a participação da sociedade no acompanhamento e no controle da oferta de serviços educacionais.

Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS E DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições do Conselho Municipal de Educação:

- I – subsidiar a elaboração, bem como avaliar e acompanhar à execução do Plano Municipal de Educação e sua reformulação, controlando sua execução na forma da legislação vigente;
- II – manter intercâmbio com os Conselhos Nacional, Estadual de Educação e com outros Conselhos Municipais de Educação em regime de cooperação;
- III – recomendar aos órgãos competentes, quando necessário, alterações de legislações do Sistema Municipal de Ensino e das leis necessárias ao desenvolvimento da educação municipal;
- IV – estudar e propor normas que visem ao pleno funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

- V – fixar normas para os educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação visando garantir seu acesso e sua permanência na Educação Infantil e no Ensino Fundamental;
- VI – emitir pareceres sobre assuntos educacionais e sobre questões de natureza pedagógica que lhe forem submetidas pelo Poder Executivo e por entidades de âmbito municipal;
- VII – aprovar a matriz curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos das instituições vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino, respeitando as exigências da legislação educacional vigente;
- VIII – requerer aos órgãos competentes do município, dados estatísticos, analisando e avaliando os dados obtidos, propondo ações pertinentes;
- IX – colaborar com sugestões para a elaboração das políticas públicas de educação e plano de expansão da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino;
- X – acompanhar a pré-matrícula da população em idade escolar e propor formas de atendimento;
- XI – exercer competência recursal em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;
- XII – emitir parecer sobre políticas de formação continuada para a Rede Pública Municipal de Ensino;
- XIII – estabelecer normas para autorização de instituições de educação infantil do Sistema Municipal de Ensino;
- XIV – autorizar experiências pedagógicas com regimes especiais, nas instituições de ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino;
- XV – estimular e fortalecer a participação dos setores organizados da sociedade, na discussão das políticas públicas educacionais;
- XVI – promover fóruns, conferências, congressos, encontros, ciclos de estudos e seminários para debater assuntos pertinentes à educação;
- XVII – acompanhar escolas de Educação Infantil da rede privada de ensino, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, por meio de Comissões Especiais, quando julgar oportuno;
- XVIII – verificar se as condições de funcionamento das instituições de Educação Infantil, autorizadas pelo Poder Público, atendem às diretrizes do Sistema;
- XIX – aprovar o Regimento Escolar da Rede Municipal de Ensino e,
- XX – elaborar seu Regimento e sugerir reformulações sempre que necessário.

Capítulo III DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO E POSSE

Art. 4º O Conselho Municipal de Educação será composto pelo Secretário de Educação, Presidente nato do Conselho, e por outros 14 (quatorze) membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil e Poder Público.

§ 1º Os conselheiros serão eleitos por seus pares e indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados por ato do Prefeito Municipal. § 2º Os membros do Conselho serão distribuídos da seguinte forma:

- I – 07 (sete) representantes do Poder Público, indicados pelo Prefeito;
- II – 01(um) representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
- III – 01(um) representante indicado pelo Sindicato dos Profissionais da Educação-SINEDUC;
- IV – 01(um) representante indicado pelos Conselhos Escolares das Escolas Públicas Municipais;
- V – 01(um) representante indicado pelo Sindicato das Escolas Particulares; VI – 01(um) representante indicado pelas Associações de Moradores de Maricá;
- VII – 01(um) representante indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos do município de Maricá-SINDSERV;
- VIII – 01(um) representante indicado pelo Conselho Tutelar.

Art. 5º O termo de posse de membros do conselho será lavrado em livro único e próprio, contendo a assinatura da autoridade que deu a posse e dos conselheiros empossados.

§ 1º Os conselheiros serão empossados pelo (a) Prefeito (a) ou pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

§ 2º No caso de posse de novos conselheiros, durante o mandato do CME, a posse será concedida pelo presidente do CME.

Art. 6º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

I – cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III – estudantes que não sejam emancipados; e

IV – pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poderes Executivo Municipal.

Art. 7º Quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato, fica vedada:

I – sua exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

II – a atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

III – o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 8º O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação terá duração de 04 (quatro) anos, sendo vedada a sua recondução.

§ 1º O conselheiro pode ser substituído a qualquer tempo por interesse do segmento, órgão ou entidade representada ou, ainda, por afastamento definitivo conforme critérios estabelecidos nesse Regimento, ressalvados os casos previstos no artigo 7º.

§ 2º Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeado novo membro que completará o mandato.

§ 3º As entidades previstas na Lei do CME terão total competência e autonomia para definir o processo de indicação e para trocar os seus conselheiros, obedecidos aos procedimentos gerais definidos a partir do edital do Conselho Municipal de Educação.

Art. 9º Cabe ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato dos conselheiros, mobilizar as instituições para convocação das assembleias que escolherão os novos representantes para a composição do Conselho.

Art. 10. O Vice-Presidente será eleito por seus pares, em Sessão Plena, em escrutínio secreto ou por aclamação, devendo obter maioria dos votos.

I – caso nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta, proceder-se-á novo escrutínio, ao qual concorrerão os dois mais votados, considerando-se eleito, no caso de empate, o mais idoso.

II – em caso de vacância da Vice-Presidência, proceder-se-á à eleição do respectivo substituto para completar o tempo que falta ao cumprimento do mandato.

Art. 11. O Conselho Municipal de Educação, compor-se-á de:

I – Plenário;

- II – Diretoria;
- III – Comissões;
- IV – Secretaria Executiva.

Capítulo IV DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO

SEÇÃO I Do Plenário

Art. 12. Ao Plenário compete:

- I – discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados as suas competências;
- II – analisar e deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;
- III – dispor sobre as normas e baixar atos relativos ao funcionamento do Conselho;
- IV – decidir sobre o pedido de urgência e de prioridade das matérias constantes da ordem do dia da respectiva sessão;
- V – discutir e decidir sobre os assuntos relacionados com propostas ou sugestões, moções ou indicações, providências ou medidas do que resultem manifestações do Conselho;
- VI – alterar e aprovar atas das sessões do Conselho;
- VII – apreciar, aprovar ou rejeitar pareceres oriundos das Comissões do Conselho.

Parágrafo único. São integrantes do plenário os Conselheiros Titulares e os Conselheiros Suplentes, sendo que na presença do Titular somente este terá direito a voz e voto.

SEÇÃO II Da Diretoria

Art. 13. A diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta por Presidente e Vice-Presidente.

Art. 14. São atribuições do Presidente, na qualidade de autoridade administrativa superior do Conselho Municipal de Educação:

- I – presidir as sessões plenárias e os trabalhos do Conselho;
- II – convocar reuniões extraordinárias;
- III – fixar pauta para as reuniões e aprovar a ordem de cada sessão plenária;
- IV – designar relator para os assuntos em pauta, nos casos em que não se trate de matéria que necessite parecer das comissões;
- V – participar, quando julgar necessário, dos trabalhos de qualquer Comissão;
- VI – formular consultas ou promover conferências, por iniciativa própria ou das Comissões, sobre matéria de interesse do Conselho;
- VII – encaminhar ao Secretário Municipal de Educação as deliberações do Conselho;
- VIII – representar o Conselho ou delegar a representação;
- IX – mobilizar os meios e os recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamento do Conselho;
- X – baixar portarias e normativas, deliberadas pelo Plenário;
- XI – delegar competências;
- XII – autorizar a execução de serviços fora da sede do Conselho;
- XIII – manter contato permanente com os Conselhos de Educação Municipais, Estaduais e Nacional e com os demais Conselhos Municipais;
- XIV – fazer cumprir as disposições da Lei de Criação e deste Regimento;
- XV – conceder licença aos Conselheiros na forma e nos casos previstos neste Regimento;
- XVI – tomar decisões em caso de urgência “ad referendum” do Plenário, devendo submetê-las na reunião subsequente.

Art. 15. Caberá ao Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação desempenhar as atribuições do Presidente, quando este se fizer ausente.

I – sempre que o Presidente se fizer ausente na hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente assumirá as funções, cedendo-lhe o lugar logo que se fizer presente;

Art. 16. Em caso de vacância por renúncia, desligamento ou impedimento de qualquer um dos integrantes da diretoria, a plenária procederá a uma nova eleição.

SEÇÃO III Dos Conselheiros

Art. 17. A cada membro do Conselho incumbe:

I – estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhe forem distribuídas pelo Presidente do Conselho ou das Comissões;

II – formular indicações ao Conselho Pleno ou às Comissões, de interesse da educação;

III – requerer votação de matéria em regime de urgência;

IV – desempenhar outras responsabilidades que lhes competem, na forma da Lei.

Art. 18. Será considerado extinto o mandato do Conselheiro, em caso de renúncia expressa ou tácita, configurando-se esta última pela ausência a 3 (três) sessões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justa causa ou sem pedido de licença, ou pelo não comparecimento, mesmo justificado, à metade das sessões plenárias ou das Câmaras, realizadas no decurso de um ano.

Parágrafo único. No caso previsto no caput deste artigo, o Presidente tomará providências para a convocação do substituto.

SEÇÃO IV Das Comissões

Art. 19. As Comissões serão constituídas, temporariamente, por determinado número de Conselheiros e/ou técnicos especialistas designados pelo Presidente para estudo e proposição sobre o assunto em pauta, assim distribuídas:

I – Educação Infantil;

II – Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos;

III – Legislação, Normas e Planejamento.

§ 1º Além das Comissões mencionadas neste artigo, o Presidente constituirá, com a aprovação do plenário, Comissões Especiais, quando se julgar necessário;

§ 2º Integram as Comissões os Conselheiros Titulares e os Conselheiros Suplentes, sendo que na presença do titular somente este terá direito a voz e voto.

§ 3º As Comissões serão constituídas cada uma, no mínimo, por 3 (três) Conselheiros, indicados pelos pares.

Art. 20. Por deliberação do Conselho, o Presidente poderá convidar elementos de reconhecido saber e experiência para integrar Comissões Especiais, ou para assessorar em seus trabalhos o Conselho ou as Comissões, quando o assunto assim o exigir.

Art. 21. Em cada processo na Comissão será designado um relator, o qual redigirá seu parecer, que conterá:

I – relatório ou exposição da matéria;

II – conclusão. Parágrafo único. O parecer do relator será objeto de discussão e votação na Comissão e, uma vez aprovado, será encaminhado ao Conselho Pleno para decisão final.

Art. 22. Compete às Comissões:

I – dar parecer, promover estudos técnicos e pesquisas sobre problemas relativos à sua competência, tomando iniciativa na elaboração das proposições necessárias;

II – baixar processos em diligências para complementar sua instrução ou para determinar o cumprimento de exigências indispensáveis à apreciação do requerido;

III – a Comissão de Legislação, Normas e Planejamento, compete a elaboração de estudos e proposições técnico-jurídico, com vistas à adequação das decisões do órgão à legislação vigente, bem como, à política educacional do Município;

IV – após a Comissão de Legislação, Normas e Planejamento apresentar diligência a uma proposta de Resolução, esta deverá retornar a Comissão para a verificação do atendimento ou não do pleito, e posteriormente encaminhado ao Plenário; Parágrafo único. O Presidente do Conselho ouvirá a Comissão de Legislação, Normas e Planejamento, sempre que julgar necessário, inclusive sobre assuntos já estudados por outra Comissão.

SEÇÃO V Da Secretaria Executiva

Art. 23. As atividades administrativas do Conselho Municipal de Educação ficarão a cargo da Secretaria Executiva.

Art. 24. Compete especificamente à Secretaria Executiva:

I – assessorar o presidente do Conselho Municipal de Educação em assuntos de natureza técnica e administrativa; II – expedir convocações para as reuniões;

III – coordenar a organização e atualização das correspondências, dos arquivos, dos documentos e cadastros das entidades representadas no Conselho;

IV – orientar e supervisionar as atividades de relações públicas, imprensa e divulgação;

V – orientar e controlar as funções de administração de: pessoal, material, orçamento, patrimônio arquivo, conservação e limpeza;

VI – elaborar relatório das atividades do Conselho, anualmente, ou sempre que solicitado pela presidência;

VII – manter contato com os órgãos da administração, visando à integração, tomada de providências, coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos de competência do Conselho Municipal de Educação;

VIII – secretariar as sessões plenárias do Conselho Municipal de Educação;

IX – providenciar a execução das medidas determinadas pelo Presidente e as deliberações do plenário;

X – prestar em plenário as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros.

XI – manter-se atualizado nas legislações emanadas dos Conselhos Estadual e Nacional, compartilhando-as com os conselheiros.

Capítulo V DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

Art. 25. As Comissões Permanentes e Especiais, logo após a sua constituição, reunir-se-ão para eleger o seu Presidente.

§ 1º Compete ao Conselheiro com maior tempo no Conselho presidir a eleição.

§ 2º A eleição de que trata este artigo será feita por maioria, sendo eleito, em caso de empate, o Conselheiro com maior tempo no Conselho.

Art. 26. Se por qualquer motivo, o Presidente deixar de fazer parte da Comissão ou renunciar a função, proceder-se-á nova eleição para escolha de seu sucessor. Parágrafo único. No caso de ausência eventual a reunião será presidida pelo Conselheiro com maior tempo no Conselho. Art. 27. Ao Presidente da Comissão compete:

I – convocar reuniões extraordinárias, através de ofícios ou requerimentos aprovados por no mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros da Comissão;

II – designar relator à matéria sobre a qual deva emitir parecer;

III – conceder a palavra aos membros da Comissão e proclamar o resultado da votação; IV – solicitar ao Presidente do Conselho a substituição do membro da Comissão, em caso, de vaga ou impedimento;

V – representar a Comissão perante o Plenário, e em outras Comissões; VI – resolver questões de ordem suscitadas nas reuniões de Comissões.

VII – encaminhar ao Secretário Municipal de Educação as Deliberações do Conselho para homologação;

Art. 28. As reuniões ordinárias das Comissões ocorrerão quinzenalmente.

Art. 29. As Comissões serão ouvidas sempre que o Plenário solicitar os seus estudos.

Art. 30. Os pronunciamentos das Comissões terão caráter de parecer e serão submetidos à discussão e votação do Plenário.

Art. 31. As Comissões de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos compor-se-ão de 03 (três) membros titulares representantes de entidades diferentes, entre os quais elegerão seu Presidente.

Art. 32. A Comissão de Legislação, Normas e Planejamento será constituída por 03 (três) membros representantes do Conselho, mais 1 (um) representante de cada Comissão, escolhidos em plenário, e presidida pelo Presidente do Conselho.

Art. 33. As deliberações das Comissões serão tomadas com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus membros. Parágrafo único. Quando um dos membros da Comissão não puder comparecer à reunião, deverá dar ciência à Secretaria Executiva para efeito de eventual substituição.

Art. 34. Poderão participar dos trabalhos das Comissões, como membros credenciados, sem direito a voto, os Conselheiros Suplentes e os Técnicos de reconhecida competência ou representantes das entidades interessadas, para esclarecimento das matérias em debate.

Art. 35. As atas das reuniões serão lavradas em livro específico. Parágrafo único. As retificações das atas serão inseridas na ata da reunião seguinte, devendo ser assinadas pelos Conselheiros presentes nesta reunião.

SEÇÃO I Dos Trabalhos

Art. 36. O Presidente da Comissão, na hora designada para o início da reunião, declarará abertos os trabalhos que observará a seguinte ordem:

I – leitura da ata da reunião anterior;

II – leitura do expediente, pelo Presidente;

III – distribuição das matérias aos relatores;

V – leitura, discussão e votação de requerimentos, relatórios e pareceres.

Art. 37. Para as matérias submetidas às Comissões, deverão ser designados relatores na primeira reunião da comissão a contar de seu recebimento pelo Presidente, exceto para aqueles em regime de urgência, quando a designação será imediata.

Art. 38. As Comissões terão os seguintes prazos para a emissão do parecer:

I – 07 (sete) dias, quando se tratar de matéria em regime de urgência;

II – 15 (quinze) dias, nos demais casos.

Art. 39. O parecer será apresentado até a primeira reunião subsequente ao término do prazo.

Art. 40. Esgotados os prazos concedidos sem ter sido exarado parecer, o Presidente designará outro relator.

Art. 41. Será assegurado o pedido de vista pelos seguintes prazos:

I – de 07 (sete) dias nos casos em regime de urgência;

II – de 10 (dez) dias, nos demais casos. Parágrafo único. Não se concederá vista do mesmo processo a quem já o tenha obtido.

Art. 42. Durante a discussão poderá usar da palavra qualquer membro da Comissão, por 15 (quinze) minutos, prorrogáveis a critério do Presidente.

Art. 43. As Comissões para desempenho de suas atribuições poderão realizar diligências que considerarem necessárias.

Art. 44. As questões de ordem serão resolvidas pela Comissão.

SEÇÃO II Das Distribuições

Art. 45. A distribuição da matéria às Comissões será feita pelo Presidente do Conselho.

Art. 46. A ordem e organização dos processos e documentos entregues à Comissão, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Executiva.

Art. 47. As Comissões poderão realizar reuniões conjuntas, presididas pelo Presidente que tiver mais tempo no Conselho.

Parágrafo único. Competirá ao Presidente designar o Relator sobre a matéria objeto da reunião conjunta.

Art. 48. A Comissão que pretender audiência de outra Comissão deverá solicitá-la ao Presidente do Conselho.

SEÇÃO III Dos Atos

Art. 49. Os atos propostos pelas Comissões e aprovados pelo Plenário tomarão a forma de deliberação, parecer, resolução, indicações e emendas, e serão assinados pelo Presidente do Conselho de Educação.

I – deliberação é o ato através do qual o Conselho normatiza sobre assunto submetido a estudo e à decisão do órgão colegiado.

II – parecer é o ato através do qual o Conselho se manifesta sobre a aplicação de norma já existente, nos âmbitos federal, estadual ou municipal.

III – resolução é o ato pelo qual o Conselho normatiza matéria de sua competência.

IV – indicação é o ato pelo qual um Conselheiro sugere a manifestação da Plenária do Conselho ou da Comissão propondo sugestão, providência ou medida, podendo ser finalizada como tal ou transformar-se em deliberação ou Moção.

V – emenda é o ato apresentado por Conselheiro ou Comissão, como acessória de outro ato, podendo ser:

a) supressiva - se elimina parte de outro ato;

b) substitutiva- se pretende suceder a outro ato, chamando-se, neste caso, Substitutivo;

c) aditiva – se acrescenta parte de outro ato; d) de Redação – se objetiva corrigir falhas de redação ou incorreções de linguagem.

Art. 50. As Deliberações e Pareceres do Conselho dependem de homologação do Secretário de Educação, quando aprovados por menos de 2/3 do Plenário.

Capítulo VI DO FUNCIONAMENTO DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 51. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á em Sessão Plena Ordinária, independente de convocação, quinzenalmente.

Art. 52. A convocação para reuniões extraordinárias do Conselho Municipal de Educação, poderá ser feita com 24(vinte e quatro) horas de antecedência, se formalizada no dia da reunião ordinária e, nos demais casos, deverá ser efetuada sempre com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Art. 53. As Sessões Plenas, bem como suas deliberações, só ocorrerão com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Parágrafo único. Quando, no decurso da sessão, faltar número para as votações, prosseguir-se-á, na discussão da matéria constante na ordem do dia, retornando-se a matéria pendente na sessão seguinte para discussão e votação.

Art. 54. A Sessão Plenária observará a seguinte ordem:

- I – leitura da ata
- II – expediente
- III – ordem do dia

Art. 55. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos.

Art. 56. As Sessões Plenárias não durarão mais de 3 (três) horas, salvo a requerimento do Plenário, não excedendo a prorrogação de 30 (trinta) minutos.

SEÇÃO I Da Ata

Art. 57. As Sessões Plenárias do Conselho Municipal de Educação terão início com a discussão da ata da reunião anterior.

§ 1º A Secretaria Executiva encaminhará as atas para apreciação dos Conselheiros, com antecedência, mínima, de 48 (quarenta e oito horas) horas.

§ 2º Não havendo manifestações contrárias ao teor da ata, será a mesma aprovada e subscrita pelos Conselheiros presentes.

§ 3º As retificações requeridas por Conselheiros serão inseridas na ata da sessão subsequente. Art. 58. As atas serão lavradas em livro especial.

SEÇÃO II Do Expediente

Art. 59. No Expediente, o Secretário Executivo dará ciência, em sumário, das proposições, ofícios, representações, petições e outros documentos dirigidos ao Conselho.

Parágrafo único. As proposições e papéis serão entregues ao Presidente 30 (trinta) minutos antes da instalação dos trabalhos para a leitura e encaminhamentos.

Art. 60. Durante o Expediente e mediante inscrição formalizada junto à mesa, poderão os Conselheiros usar da palavra.

Art. 61. O Expediente não poderá ultrapassar 30 (trinta) minutos, contado o tempo reservado à leitura e aprovação da ata.

SEÇÃO III Da Ordem do Dia

Art. 62. A ordem do dia será organizada pela Secretaria Executiva e aprovada pelo Presidente, não podendo as matérias serem discutidas e votadas, senão, de acordo com as respectivas inscrições, salvo mediante requerimento de preferência, aprovado pelo Plenário.

§ 1º Na organização da Ordem do Dia, o Secretário Executivo do Conselho colocará em primeiro lugar as proposições em regime de urgência, e das em regime de tramitação ordinária, na seguinte sequência:

I – votações adiadas;

II – discussões adiadas;

III – proposições que independem de pareceres, mas dependam de apreciação do Plenário;

IV – proposições com pareceres aprovados pelas Comissões.

§ 2º Os atos do Presidente, sujeitos à homologação do Plenário, serão incluídos na Ordem do Dia, em último lugar, dentro do grupo correspondente ou regime em que tramitam.

§ 3º Dentro de cada grupo de matéria da seguinte disposição, na ordem cronológica de regime:

I – Projeto de Resolução;

II – Deliberação

III – Parecer;

IV – Indicação.

Art. 63. As votações e as discussões de matérias poderão ser adiadas mediante requerimento do Conselheiro, devendo este ser apresentado antes da votação e aprovação pelo Plenário, observando prazo de duas Sessões Ordinárias.

Art. 64. As votações serão simbólicas, podendo qualquer Conselheiro requerer votação nominal. Parágrafo único. Havendo voto vencido, far-se-á do mesmo, menção na ata e, quando feito por escrito, acompanhará o parecer.

Art. 65. Encerradas as discussões, nenhum Conselheiro poderá fazer uso da palavra, salvo para encaminhamento de votação. Parágrafo único. Antes do início da votação de qualquer matéria, será concedida vista ao Conselheiro que solicitar.

Art. 66. As matérias lidas ou distribuídas em uma sessão, depois de ouvidas as respectivas Comissões e discutidas serão votadas, salvo requerimento aprovado pelo Plenário, o qual deverá definir o prazo para inclusão na Ordem do Dia.

SEÇÃO IV Da Discussão

Art. 67. Os Conselheiros poderão solicitar a palavra ao Presidente. Parágrafo único. Ao pronunciar-se, o Conselheiro deverá ater-se a matéria em discussão.

Art. 68. A palavra será dada ao Conselheiro que primeiro a tiver solicitado, cabendo ao Presidente regular a procedência quando mais de um a pedirem ao mesmo tempo. Parágrafo único. O Relator terá preferência para manifestar-se sobre a matéria em discussão.

Art. 69. As proposições e pareceres incluídos em Pauta poderão receber emendas durante a discussão, sendo estas incluídas ao parecer, desde que o relator aceite.

§ 1º As emendas serão supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º As emendas deverão ser apresentadas por escrito.

SEÇÃO V Dos Apartes

Art. 70. Aparte é a interrupção do orador, para indagação ou esclarecimento, relativo à matéria em debate.

§ 1º O Conselheiro deverá solicitar o Aparte ao orador da matéria.

§ 2º Não será admitido aparte:

I – na palavra do Presidente;

II – por ocasião de encaminhamento de votação

III – quando o orador estiver suscitando questão de ordem.

Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 71. As Sessões Plenárias serão públicas.

Art. 72. Poderá a Sessão Plenária ser suspensa ou encerrada por:

I – conveniência da ordem;

II – falta de quórum para votação das proposições;

III – falta de matéria a ser discutida. Parágrafo único. A ata será lavrada ainda que não haja sessão por falta de número, mencionados os nomes dos Conselheiros presentes.

Art. 73. Fora dos casos expressos no artigo anterior, somente mediante deliberação do Plenário, requerimento de 2/3 (dois terços) no mínimo, das entidades representadas, poderá ser a sessão suspensa ou encerrada.

Art.74. O Plenário poderá destinar as duas primeiras partes da sessão a comemorações, ou interromper os seus trabalhos, em qualquer fase, para recepção de personalidades, por proposta do Presidente ou de Conselheiro.

Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 75. O Conselho Municipal de Educação constitui unidade administrativa e orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 76. O período de atividades do Conselho acompanhará o Calendário da Rede Municipal de Ensino.

Art. 77. Em caso de vaga, o Conselheiro Suplente assume automaticamente a condição de Titular.

Art.78 Em caso de ausência, o Conselheiro Titular, comunicará o Suplente para o exercício das funções.

Art. 79. Os membros suplentes poderão participar das reuniões com direito a voz, mas só terão direito a voto se estiverem substituindo o respectivo membro titular.

Art. 80. A função de Conselheiro é considerada de caráter relevante e seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos ou função pública, na forma do art. 8º da Lei 3.047/2021.

Art. 81. Ao Conselheiro Titular ou Suplente será concedida, mediante o devido requerimento, licença nos seguintes casos:

I – tratamento de saúde;

II – desempenho de atividades relevantes, a critério do Plenário do Conselho;

III – realização de estudo fora do Município, a critério do Conselheiro;

IV – por outro motivo considerado relevante pelo Plenário do Conselho;

V – concorrer a cargo eletivo.

§ 1º A licença para tratamento de saúde será concedida mediante atestado médico.

§ 2º As licenças previstas nos incisos II e IV do presente artigo estarão condicionadas à aprovação, por maioria absoluta do Plenário, e não poderão ter prazo superior a 3 (três) meses.

§ 3º A licença para realização de estudos fora do Município, cuja concessão é condicionada à aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho e não terá prazo superior ao tempo de mandato.

Art. 82. O Conselho Municipal de Educação poderá realizar sessões solenes para grandes comemorações ou homenagens especiais, que serão consideradas ordinárias ou extraordinárias, conforme coincidam ou não com as sessões ordinárias do Conselho.

Art. 83. Os Conselheiros, quando em viagem representando o Conselho, terão direito a passagens, estadia e inscrições.

Art. 84. O Presente Regimento poderá ser alterado por proposta apresentada por escrito e devidamente justificada em sessão do Conselho, por qualquer integrante do Conselho Municipal de Educação, desde que aprovado por 2/3 (dois terços) dos Conselheiros representantes das entidades.

Art. 85. O Conselho Municipal de Educação não tomará conhecimento de proposta ou requerimento de natureza estritamente pessoal, salvo em caso de recurso.

Art. 86. Os atos do CME são divulgados pelos órgãos de comunicação existentes no Município.

Art. 87. As dúvidas e os casos omissos deste Regimento serão apreciados e resolvidos pelo Plenário, observando as disposições legais, e terão força normativa.

Art. 88. Este Regimento entra em vigor na data de aprovação em plenária, revogando as disposições em contrário.